

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD/GO

ATA SUMÁRIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL E REMOTA

EMPREENDIMENTO: Pequena Central Hidrelétrica (PCH) FOZ DO CORRENTE I
PROCESSO Nº: SGA nº 1844/2016 - SEI nº 202000017002874.
DATA: 08/04/2021
LOCAL: Goiânia-GO

Aos oito de abril de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, horário de Brasília, no Centro de Eventos do AlphaPark Hotel, Avenida Alphaville Flamboyant, 200, Residencial Alphaville Flamboyant, Goiânia-GO, iniciou-se a sessão conjunta Audiência Pública Virtual e Remota relativa ao Licenciamento Ambiental do empreendimento denominado Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Foz do Corrente I.

O Mestre de Cerimônia deu início à realização da Audiência Pública, procedeu à leitura do regulamento e convidou para compor a mesa: o Sr. José Bento da Rocha, representante da SEMAD e presidente desta Audiência. O Sr. Marcelo Valerius, representante da SEMAD e secretário-executivo desta Audiência. De forma remota o Sr. Walter Pinheiro e o Sr. Augusto Machado, representantes da MINAS PCH responsável pelo empreendimento e o sr. Breno Nogueira, representante da Sete Soluções e Tecnologia Ambiental, responsável pela elaboração dos Estudos Ambientais. De forma remota, participaram as seguintes autoridades do Ministério Público: Excelentíssimo Senhor Doutor Promotor de Justiça da Comarca de Itajá João Biffe Júnior.

Após leitura do regulamento, o mestre de cerimônias informou aos participantes mudanças nas formas de participação de perguntas escritas e/ou orais, durante a Audiência Pública Virtual e Remota.

Às dezesseis horas e dezenove minutos, o presidente da mesa diretora declarou oficialmente aberta a Audiência Pública Virtual e Remota, e após tocar o hino nacional, cumprimentou os participantes e autoridades presentes. Declarou seu anseio por melhores momentos após esse período pandêmico e informou, também, sobre as mudanças nos critérios de participação de perguntas durante a Audiência.

O sr. Augusto Machado, representantes da Minas PCH, apresentou o projeto do empreendimento por onze minutos. Na explanação do Sr. Augusto Machado, foi-se dito sobre o histórico da empresa por ele representada e como esse tipo de empreendimento gera uma mudança geoeconômica positiva para a região que o recebe. Explanou sobre os atributos da fonte Pequena Central Hidrelétrica, sobre a geração de empregos e capacitação da mão de obra regional. Foi dito também sobre o investimento em ações para melhorar o meio ambiente.

Na sequência, o Sr. Breno Nogueira, representante da Sete Tecnologia Ambiental, apresentou os estudos ambientais por 26 minutos. Na explanação do Sr. Breno Nogueira foi-se dito sobre os aspectos analisados para o estudo, apresentando dados sobre tipo de solo, clima, qualidade das águas, áreas legalmente protegidas, flora e fauna. Foram apresentadas as características socioeconômicas e culturais das cidades de Itarumã, Itajá e Lagoa Santa. Foram apresentados os

impactos positivos e negativos do empreendimento. Programas para diminuição dos impactos, em todas as vertentes, foi indicado. Concluiu-se que o empreendimento é viável.

Após a apresentação, um intervalo de cinco minutos foi feito para que novos formulários de questionamentos fossem enviados para leitura e explanação dos especialistas. O retorno foi feito as dezessete horas e sete minutos.

Os principais temas abordados nas perguntas dos participantes foram os seguintes:

LOCALIZAÇÃO DA CASA DE FORÇA/ CASA DE MÁQUINAS / DISTÂNCIAS

Resposta Minas PCH e Sete Tecnologia – após inventário hidrelétrico aprovado, projeto básico de engenharia, e após estudo ambiental, foi identificado que a margem esquerda seja a melhor opção. Mas não significa que esteja totalmente definido e detalhado.

Nas fases posteriores e após a obtenção da Licença Prévia serão feitos o Projeto Básico Consolidado e o Projeto Executivo, com novos estudos geológicos, de Engenharia e de Meio Ambiente e só não terá uma casa de força em cada margem, se estes novos estudos provarem que não seja viável tecnicamente.

Distância de Itajá até o barramento é de 68km. Distância de Itarumã até o barramento é de 70km.

IMPACTO AMBIENTAL E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Sobre geração de empregos – no pico da obra, serão 350 empregos diretos. É possível que esse número possa aumentar. Na média, poderão ser 200 empregos diretos durante a obra. Ainda deve-se levar em consideração os empregos indiretos, estima-se que pelo menos 100 novos empregos indiretos sejam gerados. Estima-se que 65% dos contratados serão locais.

Quanto ao momento da contratação em massa, dependerá do início da obra, pois tem muitas etapas a cumprir. A licença prévia precisa ser emitida, tocar a fase de licença de instalação e as evoluções do projeto.

Sobre captura e acompanhamento de animais – para animais de lenta locomoção, uma equipe fará o resgate, avaliação e liberação em local seguro. Lembrando que todos os processos deverão ser aprovados pela SEMAD.

Sobre turismo e beleza cênica – Quanto a questão de beleza cênica é algo delicado, principalmente para moradores e pessoas que nasceram na região. Isso é impacto não mitigável. Mas com a construção do reservatório outras belezas são criadas e outras oportunidades também, como de lazer e turismo.

Sobre Preservação – todos os questionamentos sobre preservação, transposição, reflorestamento, fiscalização, garantias, regularidade do volume de águas, foram respondidos com os estudos ambientais feitos pela equipe responsável pelo empreendimento. Os programas ambientais são fiscalizados pela SEMAD.

Sistema de Transposição de Peixes – Não há indicação de um sistema de transposição de peixes para PCH Foz Corrente I nesse momento, baseado em critérios técnicos tais como: o trecho está isolado do sistema do Alto Paraná; além de que o rio Corrente deságua no rio Paranaíba e no terço final da hidrelétrica de Ilha Solteira, que é um ambiente com característica lântica; com essa situação tem pouca atração de espécie migradora de longa distância; o segmento médio da Bacia do rio Corrente já está segmentado por dois empreendimentos hidrelétricos em operação que é a UHE Espora mais a montante e a PCH Queixada já possuindo então uma rota migratória não muito importante; baixa ocorrência de peixes migradores a jusante da PCH Queixada baseado em monitoramento. Houve levantamentos no EIA em 2016 que corroboram com todos esses pontos destacados. Portanto conclui-se que, com os dados obtidos até o momento, não é justificável do ponto de vista

técnico a implantação de uma STP. Com a continuidade dos estudos e nas próximas fases, caso seja detectado nada impede que seja realizada a avaliação de implantação de um sistema de transposição. Ficando claro que o que está em questão é abundância de peixes migradores, de forma que não está sendo falado que não existem peixes ou que o número é reduzido de peixes no Corrente.

INDENIZAÇÃO

Resposta Minas PCH – Uma empresa especializada faz uma avaliação de solo, acesso, topografia, estrutura, benfeitorias e, após uma análise em cartório, uma equipe de negociação entra em contato com cada proprietário e efetua uma negociação. Além da empresa oferecer a oportunidade de o proprietário receber uma participação no empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor oferecido, mesmo após negociação, vale lembrar que o empreendimento é um bem público e existe uma consequência jurídica em casos extremos. As áreas de APP também serão avaliadas e indenizadas. A responsabilidade de cuidar, cercar e manter é do empreendedor. Todas as despesas de regularização de documentação serão de responsabilidade do empreendedor.

VAZÃO OUTORGADA PARA O PROJETO / REGULARIDADE

Resposta Minas PCH: falou sobre a questão do rio São Marcos ela é realmente muito complexa com intervenção da própria Agência Nacional de Águas. Mas é importante citar que isso não é uma questão comum no âmbito do setor elétrico e do setor de recursos hídricos. Por exemplo, das 14 usinas que o grupo possui implantadas e em operação, em nenhuma delas tem problemas de conflitos de uso da água. Que a declaração de reserva de disponibilidade hídrica para PCH Foz do Corrente I foi emitida em 2020, é a Portaria nº 1431/2019. Explicou que uso de uma PCH ele é distinto, não é um uso consuntivo, pois ela não consome a água. Que é feito um estudo complexo e completo chamado de Estudo de Disponibilidade Hídrica.

ESTAÇÕES FLUVIOMÉTRICAS

Resposta Minas PCH: Primeiros estudos foram realizados entre os anos de 2008 e 2013 quando foi aprovado o Inventário Hidrelétrico. Na sequência foram feitos os projetos básicos dessas usinas. Na época dos estudos de inventário seguindo inclusive uma orientação da ANEEL, fizeram estudo considerando uma série desde 1931. Porém na bacia não tinham postos fluviométricos que tinham dados desde essa época, então fizeram uma complementação, de regionalização com base em postos de outras bacias. E estudos consideraram três postos, são eles o posto de Campo Alegre, o posto de Canastra e o posto de Fazenda Bumbera. Todos esses postos estão no rio Corrente. A área deles, está previsto site da ANA, está no estudo de inventário, está no estudo de projeto básico e no estudo do EDH.

ANÁLISE DO SOLO


Resposta Minas PCH: Existe a questão da análise do tipo de solo existente na bacia, não somente para a análise das questões ambientais, quanto para análise das questões de engenharia do projeto. A empresa contrata uma empresa especializada em elaboração de sondagem para fazer sondagens rotativas e mistas, não só para ver qualidade e tipo de solo, mas também perfurar até verificar quando a rocha é consistente o suficiente para suportar as estruturas desse empreendimento. Nesse estudo de projeto básico que é uma fase ainda preliminar nós fazemos algumas sondagens, nas fases de projeto básico consolidado e nas fases de projeto executivo a gente amplia e muito esses trabalhos. No caso da PCH Foz do Corrente I, os estudos indicaram que mesmo sendo uma região de rocha basáltica e de solo arenítico, como muito bem colocado pela senhora, a vida útil do empreendimento até que ele seja assoreado, até que os arrastes de sedimentos cheguem no nível da

tomada d'água, é de 175 anos. Ou seja, então a gente verifica que esse problema logicamente precisa ser monitorado, acompanhado, mas não é nada que possa de fato prejudicar a operação do empreendimento

Audiência Pública contou com a inscrição de 55 (cinquenta e cinco) pessoas no Hotsite, registrando 87 pessoas de pico simultâneos no youtube e 17 pessoas via zoom. Foram feitas 31 perguntas durante a Audiência. O presidente fez suas considerações finais e, às dezesseis horas e trinta e sete minutos, considerou válida e encerrada a Audiência Pública Virtual e Remota relativa ao Licenciamento Ambiental do empreendimento denominado Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Foz do Corrente I.

José Bento da Rocha
Presidente da mesa/SEMAD

Marcelo Valerius
Secretário executivo da mesa/SEMAD


Walter Pinheiro
MINAS PCH responsável pelo empreendimento